



O dia 1º de maio de 2004 já pode ser considerado uma data histórica na consolidação da União Européia em um dos maiores blocos econômicos do mundo. Justamente nesse dia, a organização supranacional ganhou dez novos membros e passou a ser composta por 25 países. Trata-se da maior expansão que o bloco já promoveu. Só por isso, a data seria relevante. Acrescente-se ainda o fato de a maioria dos novos integrantes ser países socialistas fortemente influenciados pela ex-União Soviética.

Recordando, os 15 membros "mais velhos" da União Européia são Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, Alemanha, Reino Unido, Irlanda, Suécia, Finlândia e Áustria (veja mapa ao lado). Agora a organização recebe oito países do Leste Europeu (Lituânia, Letônia, Estônia, Polónia, República Tcheca, Eslováquia, Hungria e Eslovênia) e duas ilhas mediterrâneas (Chipre e Malta).

Com os novos membros, a União Europeia salta de 376,5 milhões de habitantes para 450 milhões, caracterizando-se como umas



das maiores populações do mundo. Possui agora 20 línguas oficiais, além de aumentar em 725.000 quilômetros quadrados sua extensão territorial. No aspecto econômico, o bloco europeu passa a ter em 2004 um PIB (Produto Interno Bruto) de aproximadamente 12,6 trilhões de dólares, cifra superior ao atual PIB norte-americano (11,5 trilhões de dólares).

O que hoje nos habituamos a chamar de União Europeia é fruto de uma longa evolução de organizações supranacionais que nasceram na Europa logo após a Segunda Guerra Mundial. Em 1951, surgia a CECA (Comunidade Européia do Carvão e do Aço), formada por seis países (Alemanha Ocidental, França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo) com o objetivo de comercializar livremente carvão e aço, fato que contribuiria para a expansão econômica e



superação dos problemas sociais que surgiram durante e após a grande guerra. Em 1957, os mesmos seis países resolveram ampliar suas relações comerciais. Por meio do Tratado de Roma, criaram a Comunidade Econômica Européia (CEE), também chamada por alguns de Mercado Comum Europeu (MCE), estabelecendo com o acordo uma diminuição das taxas alfandegárias de vários produtos comerciais. Gradativamente a comunidade foi recebendo novos integrantes, atraídos pelas vantagens econômicas que

o bloco oferecia. Um passo decisivo foi tomado em 1992 com a assinatura do Tratado de Maastricht, que ampliou ainda mais as ligações entre os membros ao estabelecer, entre outras coisas, as "quatro liberdades" (livre passagem de pessoas, bens, capitais e mercadorias) e a criação de uma moeda única, denominada euro. Com o novo tratado, a organização também modificava seu nome, passando a chamar definitivamente União Europeia (UE).

Dos 15 membros mais antigos, apenas três (Reino Unido, Dinamarca e Suécia) ainda não aceitaram a circulação do euro e continuam com suas moedas particulares. Na Dinamarca e Suécia, a moeda foi recusada pela opinião popular, que por um plebiscito resolveu prorrogar a entrada dos dois países na zona do euro. Já no Reino Unido foi o próprio governo que tomou a decisão, alegando motivos econômicos para recusar a moeda europeia.

Os dez novos membros entram no bloco de maneira lenta e gradual. Isso quer dizer que, pelo menos por enquanto, não terão direito à moeda única e nem mesmo à livre circulação de pessoas nos países ocidentais da organização. O

euro só será liberado para os recém-chegados após provarem que suas economias estão estabilizadas, que têm disciplina fiscal e inflação sob controle. Em relação à circulação de pessoas, os cidadãos da UE poderão viajar para qualquer país membro da organização, mas terão que apresentar documentos quando atravessarem a fronteira entre os antigos e novos integrantes. Tudo indica, porém, que com o crescimento econômico e amadurecimento das relações diplomáticas as fronteiras na Europa serão cada vez mais porosas e tendem a ser, em um futuro não muito distante, apenas uma leve lembrança.



Dentro da União Europeia, os novos países-membro desfrutarão de facilidades comerciais. Isso irá sem dúvida aumentar a oferta de produtos vindos da Europa Ocidental, com qualidade melhor e preços mais baixos. Outra vantagem virá em um futuro próximo, quando a organização liberar a circulação de trabalhadores. Desse modo, a população dos novos integrantes poderá buscar outras oportunidades profissionais nos países mais ricos do bloco. A princípio, as nações recém-aceitas estão recebendo ajuda financeira da UE, estimada em 28 bilhões de dólares distribuídos em três anos, para que realizem melhorias em sua infra-estrutura produtiva e comercial.

Mas tudo isso não veio da noite para o dia. Os dez novos membros esperaram 14 anos até alcançarem as condições exigidas pela UE. Tempo necessário para que promovessem a transição política e econômica exigida pelo Tratado de Maastricht. Os novos parceiros foram obrigados a reformar seus sistemas jurídicos e financeiros na tentativa de melhor atender aos rigorosos padrões da organização em relação ao comércio, gerenciamento bancário, meio ambiente e defesa das minorias.



Mesmo com todas as vantagens, nada leva a crer que os países recém-chegados terão necessariamente grande sucesso econômico a curto prazo. As diferenças sociais entre as antigas e novas nações são muito grandes. Especialistas acreditam que levará pelo menos 20 anos para que os dez novos adeptos possam alcançar os indicadores econômicos e sociais dos outros 15. Juntos, os

integrantes que acabam de chegar ao bloco têm um PIB equivalente ao da Holanda — ou 5% do total de riquezas produzidas anualmente pelos 15 estados mais antigos da UE. Reduzir as diferenças econômicas e sociais entre os participantes da União Europeia é um dos grandes desafios da organização supranacional.